



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Greve do Magistério Estado mantém proposta rejeitada por professores

"Após dia todo de conversa, com a base aliada e secretários, governador vai enviar ao Legislativo reajuste dos 66 mil docentes"
(DC, Reportagem Especial, p. 4 e 5)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 15/6/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 15/6/11
Assunto: Estado mantém proposta rejeitada por professores		Página: 4 e 5

GREVE DO MAGISTÉRIO

Estado mantém proposta rejeitada por professores

Após dia todo de conversas com base aliada e secretários, governador vai enviar ao Legislativo reajuste dos 66 mil docentes

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O governo decidiu, ontem, encaminhar à Assembleia Legislativa a última proposta apresentada, em 6 de junho, ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) e que foi rejeitada pela categoria.

Nela, todos os 66 mil professores têm reajuste salarial, apesar da redução nos percentuais da regência de classe, que compõe a remuneração dos docentes. Ainda não está definida como a proposta será enviada, se por medida provisória (MP) ou projeto de lei.

Com isso, a MP anterior, que aumentava o salário de 53% dos professores da rede, será anulada.

Mais uma vez, o governo pediu o retorno imediato às aulas e afirmou que irá descontar os dias parados nesta greve. A pedido do Sinte, um documento oficial com a decisão será encaminhado hoje aos professores, para ser analisado em assembleias regionais.

A decisão de enviar a proposta ao Legislativo foi tomada depois do encontro do governador Raimundo Colombo com deputados da base aliada e de uma reunião com os secretários de Estado, na qual foram expostos a situação da greve e os impedimentos financeiros para

avancar nas negociações.

O governador justificou que a decisão foi tomada porque o Estado chegou ao limite financeiro de negociação. Com a proposta, o governo afirma que vai gastar R\$ 22 milhões a mais por mês, valor que precisará vir do tesouro do Estado. Para atender à reivindicação do Sinte, que pede a manutenção da tabela salarial atual e reajuste igual de 94% para todos os níveis diferentes, seriam gastos cerca de R\$ 100 milhões a mais por mês, a partir de dezembro deste ano (ver quadro).

– Estamos no nosso limite. Não temos mais como avançar. Mas estamos abertos ao diálogo e, por isso, pedimos que os professores voltem às aulas – ressaltou Colombo.

Regência é um dos pontos de discórdia na negociação

Nesta última proposta, a regência de classe para professores de 1º a 5º ano do ensino fundamental passa de 40% para 25% do salário-base. Os docentes do ensino médio e de 6º a 9º ano do fundamental – que ganhavam 25% – ficam com 17%. Este é um dos pontos sem acordo, pois os educadores não aceitam reduzir os índices da gratificação.

O menor salário-base fica sendo o piso nacional de R\$ 1.187. A menor remuneração, somados os 17% de regência de classe, será de R\$

1.388,79. Os novos valores serão pagos em julho. Com essa decisão, os professores perderam outras reivindicações, que tinha sido conquistadas nas rodadas de negociações. O governo estava disposto a anistiar as faltas da greve de 2008, rever um decreto que impedia a progressão na carreira em caso de falta injustificada, e a revisão da lei dos Admitidos em Caráter Temporário (ACTs).

– Essa tinha sido a nossa proposta para que eles voltassem imediatamente às aulas. Eles não voltaram, por uma questão financeira. Agora, o governo também se ateu apenas à questão financeira. Claro que estamos dispostos a conversar e negociar de novo esses pontos – disse o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps.

Deschamps informou que a Procuradoria-geral do Estado (PGE) analisa a possibilidade de pedir que a greve seja considerada ilegal. Procurada pelo DC, a PGE afirmou que só a Secretaria de Educação fala sobre o assunto.

Em comunicado, ontem, o Sinte assegurou que a greve não pode ser considerada ilegal, pois todos os procedimentos foram seguidos antes da parada. Em relação às faltas descontadas, a posição é de que, se não houver abono, o calendário escolar poderá ficar prejudicado.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 15/6/11
Assunto: Estado mantém proposta rejeitada por professores		Página: 4 e 5

Tabela segue achatada, diz o sindicato

Para o Sinte, a proposta apresentada ontem mantém a tabela salarial achatada e a regência de classe, que a entidade considera direito adquirido, continua reduzida. Por isso, o sindicato solicitou ao governo que coloque no papel uma sugestão de prazo para recompor os dois itens.

Conforme a coordenadora estadual do Sinte, Alvetete Bedin, o documento a ser entregue hoje pelo governo será levado às assembleias regionais, também hoje, para ser discutido com a categoria. Por último, ele será analisado em uma assembleia estadual, que não tem data para ocorrer. Com isso, o fim da paralisação continua indefinido.

– Neste momento, quem perde é o governo, porque a categoria está muito forte – garantiu Alvetete.

Além da questão salarial, os professores querem o abono das faltas da greve de 2008 e da paralisação atual, além da revisão das leis que tratam dos Admitidos em Caráter Temporário (ACTs).

– Nós já tínhamos evoluído nestes itens, e agora o governo está, de novo, voltando atrás – alertou.



MIRIAM ZOMER - AIBSC/DIVULGAÇÃO

Em dia de reuniões prolongadas, governo e Sinte voltaram a conversar

Greve foi o assunto do dia

A greve do magistério foi o tema central de ontem no governo. Diversos encontros foram marcados para discutir o assunto, e eles só terminaram à noite, quando uma nova reunião foi marcada às pressas entre o governador Raimundo Colombo e o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps.

Antes, Deschamps, o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Elizeu Mattos (PMDB), e a deputada Ana Paula Lima (PT) estiveram reunidos com os representantes do Sinte, que pediram um

documento para ser apresentado, hoje, nas assembleias regionais. Pela manhã, os professores haviam pedido aos deputados que eles sensibilizassem o governador a continuar as negociações com o Sinte.

Para Mattos, está claro que o governo não tem como avançar.

– O governo não pode dar um passo maior do que as pernas, mas também não tiramos a razão dos professores. Eles precisam entender que o governo precisa de mais tempo para fazer os novos estudos – ressaltou o deputado.

O que o Sinte perdeu

- Revisão do Decreto 3.593/2010, que trata da progressão funcional. Com esse decreto, os professores que tinham faltas injustificadas não podiam mais progredir na carreira.
- Revisão da lei dos ACTs.
- Anistia das faltas da greve de 2008.

“

EDUARDO DESCHAMPS
Secretário-adjunto da Educação

As próximas análises precisam ser feitas com mais serenidade e bom senso. O governo não está fechando as portas.

RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Nós demos todas as condições de negociação com o Sinte e estamos cumprindo a lei do piso, mas o que eles querem o governo não tem condições de pagar.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 15/6/11
Assunto: Estado mantém proposta rejeitada por professores		Página: 4 e 5

EVOLUÇÃO DAS PROPOSTAS

	Como era	Primeira proposta do governo, 23 de maio	Segunda proposta do governo, 2 de junho	Terceira e última proposta, 6 de junho	Contraproposta do Sinte, 10 de junho	
	<p>salário-base (menor de R\$ 609, para professor de nível médio)</p> <p>+ regência de classe</p> <p>40% para professores de 1º a 5º ano do ensino fundamental</p> <p>25% para professores de 6º a 9º ano do fundamental e ensino médio</p> <p>+ Prêmio Educar (R\$ 200)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Pagar o piso nacional para 35 mil professores que ainda não recebiam isso no salário-base. Manter regência de classe e Prêmio Educar Uma medida provisória que altera os salários é enviada à Assembleia Legislativa. Com ela, o governo cumpre o piso salarial. Não há canal de negociação. Gastos a mais mensais: R\$ 14 milhões, tirados da pasta da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> Governo incorpora o Prêmio Educar, nos salários-base Muda a regência de classe de todos os professores para 15%. O menor salário-base passa a ser R\$ 1.190. Gastos a mais mensais: R\$ 19 milhões, tirados da pasta da educação 	<ul style="list-style-type: none"> Governo incorpora o Prêmio Educar, nos salários-base, de forma percentual e direta como pede o Sinte Muda a regência de classe de 40% para 25% e a de 25% para 17%. O menor salário-base passa a ser R\$ 1.187. Gastos a mais mensais: R\$ 22 milhões, com recursos do tesouro do Estado e de fontes emergenciais 	<ul style="list-style-type: none"> Quer manter tabela de cargos e salários com 12 níveis e diferença de 8,48% entre eles. Pede que o governo pague o reajuste de 94% dado no primeiro nível para todos os outros, respeitando a diferença entre os patamares. Sugere parcelamento do reajuste em seis vezes, até dezembro. Mantém a regência de classe em 40% e 25%. Incorpora o Prêmio Educar nos salários-base 	
	Níveis					
Magistério de 2º grau	1	609,46	1.187,00	1.190,00	R\$ 1.187,00	1.187,97
	2	661,14	1.187,00	1.190,00	R\$ 1.187,00	1.288,71
	3	717,19	1.187,00	1.200,00	R\$ 1.197,00	1.397,99
Licenciatura de 1º grau	4	778,01	1.187,00	1.225,00	R\$ 1.221,00	1.516,54
	5	843,99	1.187,00	1.250,00	R\$ 1.244,00	1.645,14
	6	915,56	1.187,00	1.282,50	R\$ 1.275,10	1.784,65
Licenciatura plena	7	993,20	1.187,00	1.420,00	R\$ 1.380,00	1.935,99
	8	1.077,42	1.187,00	1.529,18	R\$ 1.486,11	2.100,16
	9	1.168,78	1.187,00	1.646,76	R\$ 1.600,38	2.278,26
Pós-graduação	10	1.267,81	1.267,81	1.773,39	R\$ 1.723,43	2.471,45
	11	1.375,31	1.375,31	1.909,74	R\$ 1.855,95	2.681,03
	12	1.491,92	1.491,92	2.056,58	R\$ 1.998,65	2.908,39



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 15/6/11
Assunto: Estado mantém proposta rejeitada por professores		Página: 4 e 5

Reposição deve avançar em julho

Se a greve dos professores estaduais terminasse hoje, os alunos prejudicados precisariam repor aulas durante as férias de julho e talvez no recesso de final de ano, informou ontem o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps. De acordo com especialistas, mesmo recuperando o conteúdo perdido, o aprendizado do estudante não será mais o mesmo.

A paralisação completa 29 dias hoje. Deschamps disse que, por enquanto, o ano de 200 dias letivos não está perdido, e as aulas podem ser recuperadas. Cada escola define o calendário de reposição, que é discutido ao fim da greve. Ontem, os gerentes regionais de Educação também estiveram reunidos na sede do Centro Administrativo para discutir o assunto e as faltas.

A coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin, observou que só não houve reposição de aulas na última greve de 2008 porque o governo se recusou a abonar as faltas.

A psicóloga Tahiana Brittes ressalta que, mesmo com a reposição, o aprendizado será menor.

“

TAHIANA BRITTES

Psicóloga

A motivação fica lá embaixo, e motivação é essencial para a aprendizagem.

– Eles voltam com a sensação de que não tiveram culpa do que aconteceu e mesmo assim foram prejudicados. A motivação fica lá embaixo, e motivação é essencial para a aprendizagem – explica.

A psicopedagoga Ana Carolina Cubas acrescentou que o conteúdo perdido não será 100% recuperado. Para ela, o retorno de um intervalo é sempre difícil.

– É como voltar das férias do trabalho. Os alunos não terão o mesmo rendimento comparado àquele que teriam se estivessem com aulas normais. Infelizmente, o estudante vai sair perdendo – afirma.



Durante almoço com deputados, Colombo comunicou decidiu o que faria

JAMES TAVARES SBCOM/ DIVULGAÇÃO



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 15/6/11
Assunto: Estado mantém proposta rejeitada por professores		Página: 4 e 5

Protesto e solidariedade

Joaçaba

DAISY TROMBETTA

Pelo menos 15 professores de Joaçaba, no Meio-Oeste catarinense, aderiram a um protesto diferente ontem. Todos fizeram doação de sangue e alguns aproveitaram para se cadastrar no banco de doadores de medula óssea no Hemocentro.

A “greve solidária” foi uma forma de marcar o Dia Mundial do Doador de Sangue. Segundo a presidente do Sinte de Joaçaba, Lurdes Persch, a ideia foi chamar a atenção para a negociação salarial e também ajudar o próximo.

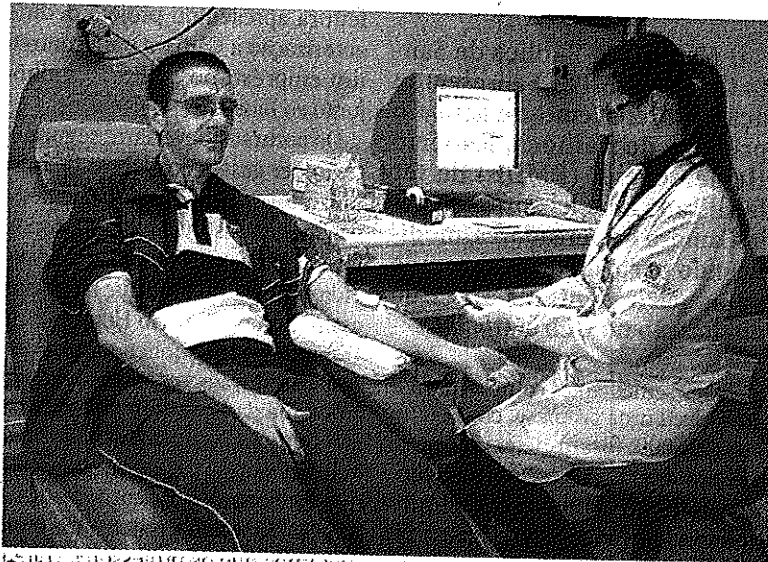
Um dos professores que aderiram ao ato foi Darci Antonio Cendron,

da Escola de Educação Básica Padre Nóbrega em Luzerna, também no Meio-Oeste. Ele doou sangue pela primeira vez:

– O objetivo da doação é ajudar as pessoas e também chamar a atenção do governo do Estado para a negociação salarial.

Hoje, a coordenadoria regional do Sinte em Joaçaba e em outras cidades realizam assembleias regionais. Na cidade, devem participar professores de 13 municípios que integram a Gerência Regional de Educação (Gered). Após, todos devem seguir em passeata até à sede da Gered, no Centro.

daisy.trombetta@diario.com.br



DAISY TROMBETTA

Cendron aproveitou a manifestação para doar sangue pela primeira vez



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Educação	Data: 15/06/11
Assunto: Governo endurece contra a greve		Página: 04

Governo endurece contra a greve

Magistério. Colombo diz que deve pedir a ilegalidade do movimento e descontar os dias parados

MARCELO TOLENTINO
tolentino@noticiasdodia.com.br
@tolentino_ND

FLORIANÓPOLIS — Depois de 29 dias de greve, diante de um sindicato que não cede, o governo do Estado decidiu, ontem, que irá encaminhar à Assembleia Legislativa a última proposta apresentada ao Sinte. O governador Raimundo Colombo (DEM) também informou que deve pedir a ilegalidade da greve e que a partir dessa semana começa a descontar dos salários os dias parados dos professores grevistas.

Nessa tabela, o menor salário ficaria em R\$ 1.483,00, mais as vantagens adicionais, como o triênio. E o maior em R\$ 2.317,82. A proposta contempla 100% da categoria e os ganhos dos professores seriam de 7% a 44%. Contudo, o governo retiraria outros benefícios.

A proposta tem o impacto de R\$ 22 mi-

lhões na folha salarial, enquanto que atender a reivindicação do Sinte aumentaria as despesas em R\$ 108 milhões por mês.

“O governo atingiu o ponto máximo. Não tem como avançar. Estamos abertos ao diálogo, mas as aulas precisam retornar”, apelou o governador, que reuniu-se ontem, com a bancada governista e com o colegiado completo.

A dúvida recai sobre a forma de encaminhar a nova proposta à Assembleia, onde já se encontra a Medida Provisória que prevê o pagamento do piso nacional de R\$ 1.187, mas não para todos, somente para 53% da classe. Segundo o líder do governo, Elizeu Mattos, os deputados têm até hoje, quando começa a rodar a folha do funcionalismo, para resolver o impasse. Ou cancela a MP atual e encaminha outra ou opta por um PLC (Projeto de Lei Complementar), que têm trâmite mais lento, pois precisa de aprovação e sansão.



MP

Pela proposta do governo, o menor salário seria de R\$ 1.483,00 e o maior R\$ 2.317,82

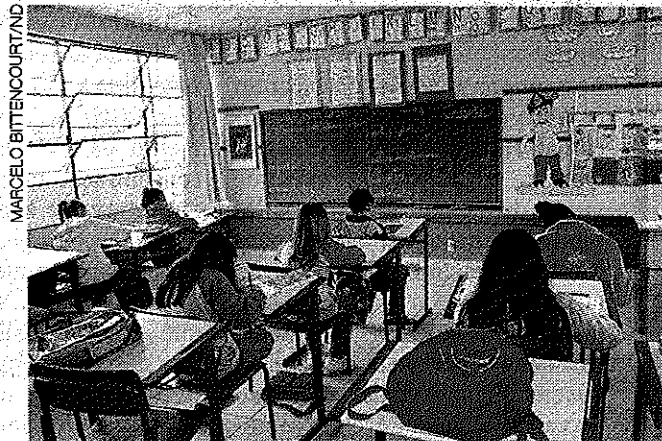


Escolas estaduais mantêm rotina de aulas em Biguaçu

Com a maioria dos professores estaduais em greve, mais de 400 mil alunos do Estado estão fora das salas de aula. Na Grande Florianópolis, a situação não é diferente, mas em algumas instituições de Biguaçu os professores decidiram não aderir à paralisação.

No bairro Saudade, com 130 alunos, a EEB (Escola de Educação Básica) Maria de Lourdes Scherert manteve o cronograma das aulas. Depois das assembleias previstas para esta hoje e amanhã, os oito professores da instituição decidirão se continuam ou não ministrando as aulas. A greve da Educação começou no dia 18 de maio, mas os professores do Maria de Lourdes pararam somente no dia 1 de junho e retomaram, no dia 8, às funções.

A professora do quarto ano, Bernadete Martins, conta que alguns fatores levaram em conta para a volta à aula. "A reposição das matérias, ameaça de corte nos salários, a não renovação do contrato dos ACTs (Admitido em Caráter Temporário) e a



MARCELO BITTENCOURT/AND

perda da licença-prêmio são alguns itens que nos deixaram receosos em parar os trabalhos", explica.

Outras duas escolas estão funcionando normalmente no município, a Escola Joaquim João Cardoso, no bairro Prado, e a Escola Teófilo Teodoro Régis, em Sorocaba Dentro, interior do município. A EEF (Escola de Educação Fundamental) Areias de Cima tem seis professores e somente dois estão em greve.

**Ano letivo.
Alunos da
escola Maria
de Lourdes
Scherert
estão tendo
suas aulas**

Alunos estão com as férias comprometidas

Os alunos da rede estadual de ensino permanecem sem aulas pelo menos até segunda-feira. O secretário estadual de Educação, Marco Tebaldi, informou ontem, por meio da conta no microblog Twitter, que os ganhos da categoria serão de 7% a 44%. Caso a oferta atenda as exigências, os grevistas devem ainda submeter à oferta para a aprovação de assembleias regionais e geral.

A paralisação já compromete as férias do mês de julho. Os alunos teriam direito a 15 dias de férias.

Além disso, haverá reposição aos sábados. "Nós vamos repor as aulas se o governo não descontar os dias parados. Senão a responsabilidade será apenas dele. Mas acredito que o governo vai manter o pagamento para não ter um desgaste ainda maior", avalia o presidente da 6ª regional do Sinte-SC, Agenor Leal.

Vale do Rio Tijucas. A greve afeta 13 mil estudantes do Vale do Rio Tijucas e na Costa Esmeralda. Ao todo, 22 escolas, em oito cidades, estão sem aulas há 29 dias

Sinte diz que a paralisação continua

Os professores continuam insatisfeitos com a proposta do governo e mantêm a greve. O Sinte também emitiu nota rechaçando a ameaça do governo de pedir a ilegalidade da greve.

Na proposta apresentada ontem, os professores avaliam que a tabela continua achatando a carreira. Reivindica um prazo do governo para recompor ainda mais a tabela, pede que os percentuais da regência de classe fiquem entre 25% e 40% e não entre 17% e 25%. "Queremos

ter maior ganho financeiro", reforça a coordenadora do Sinte, Alvetê Bedin. A categoria também quer que o governo resgate pontos retirados como a revisão do decreto que trata da progressão funcional e abone as faltas de 2008. O governo deve encaminhar mais uma proposta hoje, quando o sindicato irá apresentá-la nas assembleias regionais.

Em nota, o sindicato garantiu que a greve tem proteção constitucional e já foi, inclusive, garantida pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

“O governo já atingiu o ponto máximo e o que nós podemos liberar de recursos é isso.

”
**RAIMUNDO
COLOMBO,
GOVERNADOR**



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.destaque	Data: 15/06/11
Assunto: Estado mantém proposta rejeitada por professores		Página: 04

Estado mantém proposta rejeitada por professores

O governo decidiu, ontem, encaminhar à Assembleia Legislativa a última proposta apresentada, em 6 de junho, ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) e que foi rejeitada pela categoria. Nela, todos os 66 mil professores têm reajuste salarial, apesar da redução nos percentuais da regência de classe, que compõe a remuneração dos docentes. Ainda não está definida como a proposta será enviada, se por medida provisória (MP) ou projeto de lei.

Com isso, a MP anterior, que aumentava o salário de 53% dos professores da rede, será anulada. Mais uma vez, o governo pediu o retorno imediato às aulas e afirmou que irá descontar os dias parados nesta greve. A pedido do Sinte, um documento oficial com a decisão será encaminhado hoje aos professores, para ser analisado em assembleias regionais.

A decisão de enviar a proposta ao Legislativo foi tomada depois do encontro do governador Raimundo Colombo com deputados da base aliada e de uma reunião com os secretários de Estado, na qual foram expostos a situação da greve e os impedimentos financeiros para avançar nas negociações.

O governador justificou que a decisão foi tomada porque o Estado chegou ao limite financeiro de negociação. Com a proposta, o governo afirma que vai gastar R\$ 22 milhões a mais por mês, valor que precisará vir do tesouro do Estado. Para atender à reivindicação do Sinte, que pede a manutenção da tabela salarial atual e reajuste igual de 94% para todos os níveis diferentes, seriam gastos cerca de R\$ 100 milhões a mais por mês, a partir de dezembro deste ano (veja quadro). “Estamos no nosso limite. Não temos mais como avançar. Mas estamos abertos ao diálogo e, por isso, pedimos que os professores voltem às aulas”, disse Colombo. Nesta última proposta, a regência de classe para professores de 1º a 5º ano do ensino fundamental passa de 40% para 25% do salário-base. Os docentes do ensino médio e de 6º a 9º ano do fundamental – que ganhavam 25% – ficam com 17%. Este é um dos pontos sem acordo, pois os educadores não aceitam reduzir os índices da gratificação.

O menor salário-base fica sendo o piso nacional de R\$ 1.187.

A menor remuneração, somados os 17% de regência de classe, será de R\$ 1.388,79. Os novos valores serão pagos em julho. Com essa decisão, os professores perderam outras reivindicações, que tinham sido conquistadas nas rodadas de negociações. O governo estava disposto a anistiar as faltas da greve de 2008, rever um decreto que impedia a progressão na carreira em caso de falta injustificada, e a revisão da lei dos admitidos em caráter temporário (ACTs). “Essa tinha sido a nossa proposta para que eles voltassem imediatamente às aulas. Eles não voltaram, por uma questão financeira. Claro que estamos dispostos a conversar e negociar de novo esses pontos”, disse o secretário adjunto da Educação, Eduardo Deschamps.

Deschamps informou que a Procuradoria-geral do Estado (PGE) analisa a possibilidade de pedir que a greve seja considerada ilegal. Ontem, o Sinte assegurou que a greve não pode ser ilegal, pois todos os procedimentos foram seguidos antes da parada. Em relação às faltas descontadas, a posição é de que, se não houver abono, o calendário escolar poderá ficar prejudicado.



Reposição deve avançar em julho

Se a greve dos professores estaduais terminasse hoje, os alunos prejudicados precisariam repor aulas durante as férias de julho e talvez no recesso de fim de ano, informou ontem o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps. De acordo com especialistas, mesmo recuperando o conteúdo perdido, o aprendizado do estudante não será mais o mesmo.

A paralisação completa 29 dias hoje. Deschamps disse que, por enquanto, o ano de 200 dias letivos não está perdido e que as aulas podem ser recuperadas. Cada escola define o calendário de reposição, o que é discutido ao fim da greve. Ontem, os gerentes regionais de Educação também estiveram reunidos na sede do Centro Administrativo para discutir o assunto e as faltas.

A coordenadora estadual do Sinte, Alvete Bedin, observou

que só não houve reposição de aulas na última greve de 2008 porque o governo se recusou a abonar as faltas.

A psicóloga Tahiana Brittes ressaltou que, mesmo com a reposição, o aprendizado será menor.

“Eles voltam com a sensação de que não tiveram culpa do que aconteceu e mesmo assim foram prejudicados. A motivação fica lá embaixo, e motivação é essencial para a aprendizagem”, explicou.

A psicopedagoga Ana Carolina Cubas acrescentou que o conteúdo perdido não será mais 100% recuperado. Para ela, o retorno de um intervalo é sempre difícil.

“É como voltar das férias do trabalho. Os alunos não terão o mesmo rendimento caso estivessem dando uma continuidade nas aulas. Infelizmente, o estudante vai sair perdendo”, ressaltou Ana Carolina.

Assunto dominou a pauta

A greve do magistério foi o tema central de ontem no governo. Encontros foram marcados para discutir o assunto, e eles só terminaram à noite, quando uma nova reunião foi marcada às pressas entre o governador Raimundo Colombo e o secretário adjunto da Educação, Eduardo Deschamps.

Antes, Deschamps, o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Elizeu Mattos, e a deputada Ana Paula Lima estiveram reunidos com os representantes do Sinte, que pediram um documento para

ser apresentado, hoje, nas assembleias regionais. Pela manhã, os professores haviam encaminhado um ofício aos deputados pedindo que eles sensibilizassem o governador a continuar as negociações.

Para Mattos, está claro que o governo não tem como avançar. “Ele (governo) não pode dar um passo maior do que as pernas, mas também não tiramos a razão dos professores. Eles precisam entender que o Estado precisa de mais tempo para fazer os novos estudos”, ressaltou o deputado.

Tabela ainda achatada, diz o sindicato

Para o Sinte, a proposta apresentada ontem mantém a tabela salarial achatada e a regência de classe, que para eles é direito adquirido, continua reduzida. Por isso, o sindicato pediu ao governo que coloque no papel uma sugestão de prazo para recompor os dois itens.

Conforme a coordenadora estadual do Sinte, Alvete Bedin, eles irão encaminhar o documento entregue pelo governo às assembleias regionais. “Neste momento, quem perde é o governo, porque a categoria está muito forte”, garantiu Alvete.

Além da questão salarial, os professores querem o abono das faltas da greve de 2008 e da paralisação atual, além da revisão das leis que tratam dos temporários. “Já tínhamos evoluído nestes itens, e agora o governo está, de novo, voltando atrás”, alertou.



As próximas análises precisam ser feitas com mais serenidade e bom senso. O governo não está fechando as portas.

EDUARDO DESCHAMPS,
secretário-adjunto da Educação



Nós demos todas as condições de negociação com o Sinte e estamos cumprindo a lei do piso, mas o que eles querem o governo não tem condições de pagar.

RAIMUNDO COLOMBO,
governador do Estado



Protesto e solidariedade

Pelo menos 15 professores de Joaçaba, no Meio-oeste catarinense, aderiram a um protesto diferente ontem. Todos doaram sangue e alguns aproveitaram para se cadastrar no banco de doadores de medula óssea no Hemocentro.

A “greve solidária” ocorreu em todo o Estado, marcando o Dia Mundial do Doador de Sangue. Segundo a presidente do Sinte de Joaçaba, Lurdes Persch, a ideia foi chamar a atenção para a negociação salarial e ajudar ao próximo.

Um dos professores que aderiram ao ato foi Darci Antonio Cendron, da Escola de Edu-

cação Básica Padre Nóbrega em Luzerna, também no Meio-oeste. Por causa da manifestação, ele doou sangue pela primeira vez. “O objetivo é ajudar as pessoas e também chamar a atenção do governo do Estado para a negociação salarial”, ressaltou.

Hoje, será realizada uma assembleia regional no Sindicato do Comércio de Joaçaba, às 14 horas. Devem participar professores de 13 cidades que integram a Gerência Regional de Educação (Gered). Depois da reunião, todos devem seguir em passeata até a sede da Gered, que fica no Centro.

Evolução das propostas

Como era	Primeira proposta do governo, 23 de maio	Segunda proposta do governo, 2 de junho	Terceira e última proposta, 6 de junho	Contraproposta do Sinte, 10 de junho		
<p>salário-base (menor de R\$ 609, para professor de nível médio)</p> <p>+ regência de classe</p> <p>40% para professores de 1º a 5º ano do ensino fundamental</p> <p>25% para professores de 6º a 9º ano do fundamental e ensino médio</p> <p>+ Prêmio Educar (R\$ 200)</p>	<ul style="list-style-type: none"> Pagar o piso nacional para 35 mil professores que ainda não recebiam isso no salário-base. Mantiver regência de classe e Prêmio Educar Uma medida provisória que altera os salários é enviada à Assembleia Legislativa. Com ela, o governo cumpre o piso salarial. Não há canal de negociação. Gastos a mais mensais: R\$ 14 milhões, tirados da pasta da Educação 	<ul style="list-style-type: none"> Governo incorpora o Prêmio Educar, nos salários-base Muda a regência de classe de todos os professores para 15%. O menor salário-base passa a ser R\$ 1.190. Gastos a mais mensais: R\$ 19 milhões, tirados da pasta da educação 	<ul style="list-style-type: none"> Governo incorpora o Prêmio Educar, nos salários-base, de forma percentual e direta como pede o Sinte Muda a regência de classe de 40% para 25% e a de 25% para 17%. O menor salário-base passa a ser R\$ 1.187. Gastos a mais mensais: R\$ 22 milhões, com recursos do tesouro do Estado e de fontes emergenciais 	<ul style="list-style-type: none"> Quer manter tabela de cargos e salários com 12 níveis e diferença de 8,48% entre eles. Pede que o governo pague o reajuste de 94% dado no primeiro nível para todos os outros, respeitando a diferença entre os patamares. Sugere parcelamento do reajuste em seis vezes, até dezembro. Mantém a regência de classe em 40% e 25% Incorpora o Prêmio Educar nos salários-base 		
	Níveis					
Magistério de 2º grau	1	609,46	1.187,00	1.190,00	R\$ 1.187,00	1.187,97
	2	661,14	1.187,00	1.190,00	R\$ 1.187,00	1.288,71
	3	717,19	1.187,00	1.200,00	R\$ 1.197,00	1.397,99
Licenciatura de 1º grau	4	778,01	1.187,00	1.225,00	R\$ 1.221,00	1.516,54
	5	843,99	1.187,00	1.250,00	R\$ 1.244,00	1.645,14
	6	915,56	1.187,00	1.282,50	R\$ 1.275,10	1.784,65
Licenciatura plena	7	993,20	1.187,00	1.420,00	R\$ 1.380,00	1.935,99
	8	1.077,42	1.187,00	1.529,18	R\$ 1.486,11	2.100,16
	9	1.168,78	1.187,00	1.646,76	R\$ 1.600,38	2.278,26
Pós-graduação	10	1.267,81	1.267,81	1.773,39	R\$ 1.723,43	2.471,45
	11	1.375,31	1.375,31	1.909,74	R\$ 1.855,95	2.681,03
	12	1.491,92	1.491,92	2.056,58	R\$ 1.998,65	2.908,39



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 15/6/11
Assunto: No MP/Tomara		Página: 8

No MP

O assunto é tão espinhoso que o chefe do Ministério Público, o procurador-geral Lio Marcos Marin, pediu informações oficiais à Secretaria da Fazenda sobre o repasse de recursos do Fundeb aos poderes.

A secretaria, em ofício assinado por Ubiratan Rezende, respondeu que os recursos do Fundeb não são repassados à Assembleia e ao TJ nem aos órgãos como o TCE, a Udesc e o MP. Os valores compõem a base de cálculo da Receita Líquida Disponível do Estado.

Tomara

Expectativa de que os movimentos de ontem por parte dos representantes dos professores da rede pública estadual em greve e o envio de uma nova proposta ao governo deem resultado. A interferência da Assembleia, com os deputados Elizeu Mattos (PMDB) e Ana Paula Lima (PT), foi bem-vinda após o governador Raimundo Colombo reiterar que o limite financeiro foi atingido em encontros com a base e os secretários.

Paralisações como estas acabam por desgaste e ninguém quer ver retroagir um quadro de conquistas que se encaminhava bem.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 15/6/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Hora de negociar

Uma intermediação feita na Assembleia Legislativa entre os dirigentes do Sinte e os representantes do governo acendeu uma nova luz que poderá definir o futuro da greve dos professores. O restabelecimento das negociações aconteceu depois que o governador Raimundo Colombo reuniu-se com os deputados da base, com todo o secretariado e com os gerentes educacionais. Comunicou que chegara ao limite dos R\$ 22 milhões mensais e que as negociações estavam encerradas. Com isso, iria autorizar que a folha de salários fosse rodada a partir de hoje, aplicando a tabela salarial que consta da medida provisória já assinada. A Secretaria da Educação passaria, também, a descontar os dias parados. Desfeitas as negociações, os professores perderiam também as conquistas definidas nas reuniões do comando de greve com os secretários Marcos Tebaldi e Eduardo Deschamps. Isso significaria perdas para o magistério. Não haveria mais anistia da greve de 2008 nem abono de faltas para os que fizessem a reposição na greve atual. Muito menos compromisso do governo com a revogação do decreto da progressão funcional e realização de concurso público de ingresso no magistério. O cenário projetado era de radicalização. Os professores se dispunham a não repor mais as aulas se tivessem os salários cortados. Nas escolas, a hipótese de ruptura, pela determinação de anotação dos grevistas e encaminhamento de listas à Secretaria da Educação. Até os diretores de escolas que se negavam a remeter a relação de faltosos teriam descontados os salários.

A REVERSÃO

O Sinte passou a apelar aos deputados e ao secretário adjunto Eduardo Deschamps, buscando um novo canal. Quando o líder do governo na Assembleia, Elizeu Mattos (PMDB), anunciou as duras medidas, a deputada Ana Paula Lima entrou em cena. Fez a mediação de um encontro entre o comando de greve e o líder. Este dirigiu-se de imediato ao Centro Administrativo, onde o governador anunciava as medidas aos gerentes regionais de Educação. Estava decidindo com o secretário da Administração sobre a elaboração da folha salarial com base na medida provisória já assinada. É a pior dentre tantas que foram discutidas entre professores e governo. O esforço, a partir daí, foi de obter aval de Colombo para tentar uma saída. O governador deu sinal verde a Elizeu Mattos, que deixou a Secretaria da Administração em companhia do adjunto Eduardo Deschamps, para nova rodada com o Sinte e o comando de greve. O entendimento preliminar foi aprovado. Eduardo Deschamps, com aval de Elizeu Mattos, levou a proposta de acordo. Raimundo Colombo assinaria um documento garantindo todas as conquistas corporativas, relativas a abonos, anistias, progressão funcional, concurso público, etc. Em relação aos dois pontos críticos – regência e carreira –, assumiria compromissos com prazos determinados de recomposição financeira da gratificação e da tabela salarial. Com garantia de que a descompactação seria definida por uma comissão paritária professores-governo. O governo já fixou posição. Está pagando o piso salarial e não há condições financeiras de aplicá-lo agora na carreira. O reajuste nos salários será de 8% a 48% pela última proposta, agora retomada. E, ao contrário do governo anterior, que fechou todas as portas, Colombo abriu negociações e dispôs-se a definir melhorias salariais com o magistério. Os professores têm razão quando reivindicam o piso na carreira. Os salários estão represados há mais de oito anos, e eles invocam a lei federal. O problema é que a medida elevaria a despesa em R\$ 1 bilhão anualmente. Diante do impasse, há dois caminhos: um, da radicalização política; e outro, do acordo, que evitaria mais prejuízos. Movimento chegou ao ponto crítico.

É hora, portanto, de negociar à exaustão o fim da greve.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Educação	Data: 15/06/11
Assunto: Fundeb deve ser exclusivo		Página: 05

Fundeb deve ser EXCLUSIVO

FLORIANÓPOLIS — Os poderes deixariam de receber R\$ 1, 2 bilhão em sete anos (2005-2011) se as transferências do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) não fossem utilizadas como base de cálculo para definir percentuais de repasses ao Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Assembleia Legislativa.

O cálculo foi apresentado ontem pela deputada estadual Luciane Carminatti (PT), que durante entrevista na Assembleia Legislativa, detalhou os repasses do Fundeb ao Estado de 2005 a 2011. A deputada denunciou desvio de finalidades do Fundo. “Nossa interpretação é que recursos do Fundeb não estão sendo integralmente aplicados na Educação”.

A Secretaria da Fazenda confirma que as transferências do Fundeb entram na Receita Líquida Corrente, base para fixar os repasses aos poderes, mas assegura que os recursos do Fundeb são todos aplicados na Educação.

A polêmica acompanha a paralisação dos professores desde seu começo, dia 18 de maio, e entrou na pauta política estadual. A bancada do PT comprou a briga, porque entende que cortar dinheiro destinado aos Poderes poderia aumentar os recursos destinados à Educação.

Estado perdeu ação em 2002

Em 2002, o Ministério Público ajuizou Ação Civil Pública contra o governo de Santa Catarina cobrando uma conta exclusiva para depositar as transferências do Fundeb. O Estado perdeu a ação. Recorreu e em 2004 o Tribunal de Justiça confirmou a decisão. Na época o Fundeb chamava-se Fundef. O Ministério Público entrou com a ação porque o Estado estava usando o Fundef para pagar aposentados.

Mesmo derrotado na Justiça o governo não criou uma conta exclusiva para o Fundeb. A promotora Sônia Piordi enviou vários ofícios cobrando o cumprimento da decisão da Justiça. O Estado nunca cumpriu e as transferências do Fundeb continuam não tendo uma conta única.



JUSTIÇA

O governo de Santa Catarina não criou conta única para depositar as transferências

Corte de repasses preocupa chefes dos Poderes

A movimentação entre os que podem perder recursos já começou ontem, quando representantes do Poder Judiciário visitaram o gabinete do líder do governo, Elizeu Mattos. O presidente do TJ (Tribunal de Justiça), desembargador José Trindade, enviou carta aos deputados manifestando preocupação com as mudanças que impliquem na redução dos recursos. Sem o Fundeb, o TJ perderia R\$ 130 milhões. A Assembleia Legislativa, R\$ 65 milhões. E o Ministério Público teria

menos R\$ 52 milhões.

O presidente da Assembleia, deputado Gelson Merísio, disse que é um absurdo o Fundeb entrar na base de cálculo dos Poderes. Embora entenda que retirar R\$ 65 milhões traria problemas para a manutenção da Casa, ele admite discutir. O procurador-geral de Justiça, Lio Marcos Marin, também não se nega a avaliar o assunto, mas alerta que reduzir valores implicaria em menos promotores.



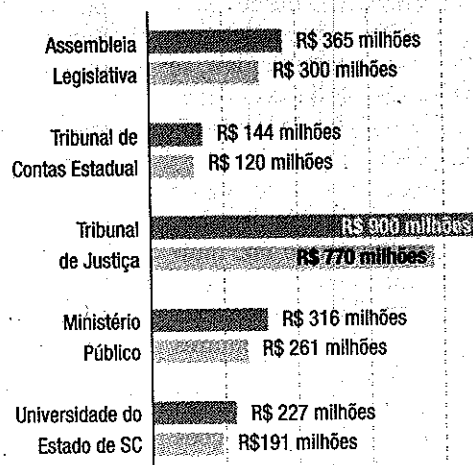
O QUE É FUNDEB

Recursos do fundo

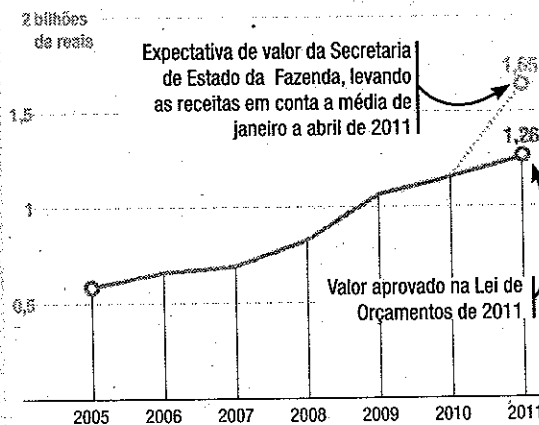
● O Fundeb é formado pela destinação de 20% das receitas tributárias estaduais (ICMS, IPVA, ITCMD) e dos repasses constitucionais e legais da União (FPE, Lei Kandir, IPI Exportação). Este ano, Santa Catarina deve encaminhar R\$ 2,1 bilhões ao Fundeb, com retorno previsto de R\$ 1,7 bilhão para o Estado e o restante para municípios. O governo federal devolve esse valor de modo proporcional ao número de alunos nos estados e municípios.

● Receita líquida disponível e repasse aos Poderes

■ Previsão com o Fundeb
■ Previsão sem o Fundeb



● Recursos do Fundeb que SC recebeu nos últimos anos (Em bilhões de reais)



INFOGRÁFICO: EDITORIA DE ARTE / ND / ROGÉRIO MOREIRA JR



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 15/06/11
Assunto: Greve legítima e legal		Página: 02

Greve legítima e legal

O Sinte, a pedido do comando de greve, fez alguns esclarecimentos à categoria visando defendê-la diante da pressão do governo, sobretudo atingindo os professores ACTs. Em carta aberta esclarece que a greve está protegida pela Constituição e que se deu para garantir o cumprimento da Lei do Piso Nacional. Ilegal uma greve que pede a observância de uma lei federal? O serviço jurídico do Sindicato esclarece que ninguém poderá ser demitido por falta de greve. Resumindo: passam a categoria a garantia de respaldo legal e legítimo.

CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Paulo Alceu	Data: 15/06/11
Assunto: No mesmo saco		Página: 02

NO MESMO SACO

Os professores que estavam nas galerias da Assembleia portavam faixas e cartazes, entre eles, um que dizia para os deputados devolverem o dinheiro do Fundeb. Da tribuna, o deputado Kennedy Nunes disse para os professores irem ao Tribunal de Justiça com uma faixa dizendo para os magistrados devolverem o dinheiro do Fundeb, no Ministério Público para que os promotores devolvam, no Tribunal de Contas para que os conselheiros devolvam e na Udesc. Ou seja, enquadrou todos os beneficiados. “Não é dinheiro do Fundeb, mas como base de cálculo eleva os repasses não só da Assembleia. Vamos ser justos cobrem de todos...”



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Cláudio Prisco	Data: 15/06/11
Assunto: Endurecendo		Página: 18

Endurecendo

A paciência do governo com os professores em greve chegou ao limite. A paralisação completa hoje sua quarta semana e se até o fim do dia os sindicalistas não acenarem com um acordo, a folha será rodada amanhã apenas com os benefícios assegurados na MP que se encontra na AL. Na negociação, o governo avançou de R\$ 14 milhões para R\$ 22 milhões, mas os professores não arredam pé de conquistas como a regência de classe. Preservada essa posição, fica valendo apenas o piso criado na MP. E o governo vai determinar o corte do ponto, com o desconto dos dias não trabalhados. Em maio, não houve corte porque, quando a paralisação começou, a folha já tinha sido rodada.

CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Você, Leitor	Data: 15/06/11
Assunto: Greve dos professores		Página: 28

Greve dos professores

É indigesto. Quando senador, Raimundo Colombo votou a favor do piso. Agora, é resiliente em pagar-nos o piso que ele mesmo votou a favor. Não é um paradoxo? Ademais, vai prestigiar a posse de uma ex-sindicalista e deixa o Estado ao viés do tempo. Isto é de extrema irresponsabilidade.

Como explicar à sociedade catarinense onde foi aplicado o dinheiro do Fundeb destinado ao pagamento dos salários dos professores ativos e inativos, manutenção das escolas públicas e afins? E vem às mídias diversas com o "coitadismo" de que o Estado não tem dinheiro para honrar o piso nacional do magistério?

Se Luiz Henrique da Silveira não honrou a formação que teve, o problema não é meu, meus impostos estão em dia. Para mim, demonstra imaturidade com a coisa pública, má gestão do erário e desdém com os catarinenses.

Renato Luiz Menze
Balneário Barra do Sul



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Opinião	Data: 15/06/11
Assunto: Um impasse que incomoda		Página: 06

Um impasse que incomoda

A três dias de completar um mês, a greve dos professores da rede estadual de ensino chega a um impasse que preocupa, porque nem o governo, nem o sindicato da categoria parecem dispostos a transigir, buscando uma saída que evite mais prejuízos para os estudantes. A barreira para novos avanços está na alegada impossibilidade de elevação do comprometimento financeiro do Estado, que diz não ter como aumentar para R\$ 180 milhões a folha da educação, e na decisão dos educadores de não abrir mão de direitos adquiridos, como a regência de classe, conquista alcançada a duras penas em governos passados.

Todo esse imbróglio resultou, na prática, do progresso histórico para a educação brasileira que foi a criação de um piso nacional mais decente do que aquele que vigorava na maioria das regiões do país. Santa Catarina, que alardeava ser referência no setor, pagava o segundo pior salário da federação – algo em torno de R\$ 610 por 40 horas semanais. Agora, ao cumprir a lei de 2008, o governo viu-se na contingência de achatá-los os ganhos da categoria, pela incapacidade de dar a todos os seus membros o percentual de reajuste que contemplou as faixas inferiores da tabela vigente.

A saída pode ser encontrada nas próximas horas, se houver uma flexibilização de ambas as partes, ou desembocar na apresentação de um projeto de lei que transferirá para o Legislativo a responsabilidade de decidir que salários serão pagos aos professores a partir de agora. Neste caso, o processo poderá se arrastar ainda mais, tornando a situação insustentável para alunos, pais, professores e o governo.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 15/06/2011
Assunto: Comissão do Senado aprova projeto de combate ao bullying nas escolas		Página: Online

Comissão do Senado aprova projeto de combate ao bullying nas escolas

Matéria foi votada na Comissão de Educação e vai à Câmara. Escolas terão de promover práticas de prevenção ao bullying.

A Comissão de Educação do Senado aprovou nesta terça (14) projeto de lei que prevê a inclusão do combate ao bullying na Lei de Diretrizes de Bases da Educação (LDB). Na prática, a nova norma vai obrigar estabelecimentos de ensino, públicos ou privados, a adotarem estratégias de prevenção e combate a práticas de intimidação e agressão entre estudantes.

Apreciada em caráter terminativo, quando não precisa passar pelo plenário, a matéria segue agora para análise da Câmara dos Deputados .

O autor da proposta, senador Gim Argello (PTB-DF), sustenta que o bullying provoca “enorme sofrimento às vítimas” e tem efeitos mais devastadores quando ocorre dentro das escolas porque afeta “indivíduos de tenra idade”. O senador petebista argumenta que a própria personalidade da criança vítima de bullying é colocada em risco.

Na justificativa da matéria, o autor sustenta que o combate ao bullying é um tema recente e por isso deve ser inserido na LDB. Já o relator do texto na comissão, senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), apresentou sugestões ao projeto como a capacitação técnica e pedagógica de todos os profissionais da educação para combater o bullying.

O senador do PSDB também ressaltou a importância da interação entre educadores e pais de alunos, além da maior articulação entre gestores educacionais e os encarregados da segurança das cidades para atuarem na conscientização das crianças, adolescentes e jovens sobre as consequências “nefastas” do bullying.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 15/6/11
Assunto: Tomada de contas		Página: 39

Tomada de contas

A compra de R\$ 15 milhões em brinquedos Lego nos últimos dois anos, por dispensa de licitação, não é a única questão que deverá ser explicada pela Secretaria de Estado da Educação.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) determinou a instauração de tomada de contas especial para investigar a licitação que definiu a compra de dicionários para a rede pública estadual em 2008. De acordo com relatório publicado no *Diário Oficial* do TCE, a Secretaria da Educação pagou R\$ 28,90 por exemplar, enquanto a Secretaria da Educação da cidade de São Paulo adquiriu produto semelhante por apenas R\$ 5 o exemplar.

No relatório, os técnicos do TCE registram que a tomada de contas é necessária em virtude “dos fortes indícios de dano ao erário, no valor estimado de R\$ 563,5 mil”.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 15/6/11
Assunto: Ensino Superior – Inscrições para o Sisu começam hoje		Página: 24

ENSINO SUPERIOR

Inscrições para o Sisu começam hoje

Começam hoje as inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), e os candidatos que realizaram o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) em 2010 podem tentar uma das 26 mil vagas. As inscrições devem ser feitas até o próximo domingo. O Sisu oferece vagas distribuídas em 754 cursos em universidades, mas nenhuma instituição é catarinense.



CLIPPING

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 15/6/11
Assunto: Governo retoma a proposta rejeitada		Página: online

ENSINO ESTADUAL

Governo retoma proposta rejeitada

Raimundo Colombo vai enviar ao Legislativo reajuste dos 66 mil docentes

FLORIANÓPOLIS - O governo decidiu, ontem, encaminhar à Assembleia Legislativa a última proposta apresentada, em 6 de junho, ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) e que foi rejeitada pela categoria. Nela, todos os 66 mil professores têm reajuste salarial, apesar de diminuir os índices da regência de classe, que compõe a remuneração.

Mais uma vez, o governo pediu o retorno imediato às aulas e afirmou que irá descontar os dias parados. Um documento oficial com a decisão, pedido pelo sindicato, será encaminhado hoje aos professores, para ser analisado nas regionais.

A medida foi tomada depois do encontro do governador Raimundo Colombo com os deputados da base aliada e de uma reunião com os secretários de Estado. O governador justificou que a decisão foi tomada porque o Estado chegou ao limite financeiro de negociação. Nesta alternativa, o governo gasta R\$ 22 milhões a mais por mês, valor que precisará vir do tesouro do Estado. Para atender à reivindicação do sindicato, que pede a manutenção da tabela salarial atual e reajuste igual de 94% para todos os níveis diferentes, seriam gastos R\$ 100 milhões a mais por mês, a partir de dezembro.

– Estamos no nosso limite. Não temos mais como avançar. Mas estamos abertos ao diálogo e, por isso, pedimos que os professores voltem às salas de aulas – ressaltou Colombo, que considerou a decisão justa.

Nesta última proposta, a regência de classe para professores de 1º a 5º ano do Ensino Fundamental passa de 40% para 25% do salário-base. Os docentes do Ensino Médio e de 6º a 9º ano do Fundamental – que ganhavam 25% – ficam com 17%. Este é um dos pontos sem acordo, pois os educadores não aceitam reduzir os índices da gratificação.

O menor salário-base fica sendo o piso nacional de R\$ 1.187. A menor remuneração, somados os 17% de regência de classe, será de R\$ 1.388,79. Os novos valores serão pagos em julho. Por isso, a medida provisória, que aumentava o salário de 53% dos professores da rede, deixa de ter validade.

Com essa decisão, os professores perderam outras reivindicações, que



tenham sido conquistadas nas rodadas de negociações. O governo estava disposto a anistiar as faltas da greve de 2008, rever um decreto que impedia a progressão na carreira em caso de qualquer falta injustificada, e a revisão da lei dos Admitidos em Caráter Temporário (ACTs).

– Essa tinha sido a nossa proposta para que eles voltassem imediatamente às aulas. Eles não voltaram, por uma questão financeira. Agora, o governo também se ateve apenas à questão financeira. Claro que estamos dispostos a conversar e negociar de novo – explicou o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps.

Deschamps informou que a Procuradoria-geral do Estado (PGE) analisa a possibilidade de pedir que a greve seja considerada ilegal. A PGE afirmou que só a secretaria de Educação fala sobre o assunto.

Em comunicado, ontem, o Sinte esclareceu que a greve não pode ser considerada ilegal, pois todos os procedimentos foram seguidos antes da parada. Em relação às faltas descontadas, a posição é de que, se não houver abono, o calendário escolar poderá ficar prejudicado.



CLIPPING

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Política	Data: 15/6/11
Assunto: Tempos de greve		Página: online

PARALISAÇÕES

Tempos de greve

Movimentos no setor público se prolongam por negociação tardia e falta de intermediação, apontam especialistas

Servidores municipais de Blumenau estão paralisados há 10 dias. Funcionários públicos de Joinville fazem greve há 37 dias. Técnicos de enfermagem do Hospital Santa Inês de Balneário Camboriú aderiram ao movimento segunda-feira. Professores estaduais completam 29 dias de paralisação. De um lado, funcionários que buscam melhorias salariais e aumento de poder aquisitivo. De outro, governos que alegam não ter orçamento para maiores percentuais de reajuste.

Diante de tantos impasses e dificuldades de avanço, a especialista em Direito Trabalhista Kátia Scherer avalia que, se as negociações começassem antes de vencer a data-base, os ânimos ficariam menos acirrados e a conciliação seria mais fácil. Em geral, as greves no setor público são mais extensas. Isso porque o Ministério Público Estadual só pode intervir se houver prejuízo considerável à população com suspensão dos serviços essenciais. No setor privado, o Ministério Público do Trabalho pode intermediar a qualquer momento.:

– A atuação é imediata para promover acordo e negociação. Isso facilita.

A especialista salienta que quanto mais as partes sentam e dialogam, mais facilitado fica o acordo.

Uma greve, seja no setor público ou no setor privado, sempre deixa resquícios negativos para as duas partes. É o que diz o cientista político Fernando Fernandez. Segundo ele, o empregador se prejudica porque se desgasta politicamente e entra em conflito com os funcionários. E o empregado enfrentará na pele o enfraquecimento de nem sempre obter o resultado desejado.

– Ainda assim, demitir é difícil no setor público, por isso as mobilizações ganham força – garante Fernandez.

O cientista político ressalta que quanto mais os trabalhadores notarem que fazer greve dá certo, mais os movimentos se espalham como efeito cascata:

– Hoje são os professores estaduais em greve, amanhã podem ser os municipais de Indaial, e assim sucessivamente.



giovana@santa.com.br e raquel.vieira@santa.com.br

GIOVANA PIETRZACKA E RAQUEL VIEIRA
OS AGRAVANTES

- Negociações que começam depois da data-base são mais tensas e suscetíveis às greves
- Excesso de cargos comissionados revolta servidores de carreira porque remuneração dos CCs é maior

O que pode ser feito

- Se houver prejuízo considerável à população com a suspensão dos serviços essenciais, o Ministério Público Estadual pode intermediar as negociações entre órgãos públicos e servidores
- Nas empresas privadas, o Ministério Público do Trabalho pode interceder nas negociações



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 15/6/11
Assunto: Política Pessoal - Tebaldi é condenado em Joinville		Página: 6

PROMOÇÃO PESSOAL

Tebaldi é condenado em Joinville

Joinville

O secretário estadual da Educação, Marco Tebaldi (PSDB), foi condenado por uso de dinheiro público para promoção pessoal quando era prefeito de Joinville. A decisão do juiz Roberto Lepper, da 1ª Vara da Fazenda Pública da cidade, determina multa de R\$ 632 e a perda dos direitos políticos por seis anos. Tebaldi vai recorrer.

Foram julgadas em conjunto uma ação popular proposta pelo líder comunitário Onildo Silva e outra do Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC). O juiz classificou as supostas irregularidades cometidas pelo então prefeito no crime de improbidade administrativa.

O processo diz que, no ano de 2003, a prefeitura, através da Fundação Municipal de Esportes, encomendou e distribuiu 8 mil panfletos “educativos” para promover o projeto “Jovem Cidadão”, cujo objetivo era buscar a despoluição do rio Cachoeira. No entanto, os panfletos teriam sido ilustrados com menções ao então prefeito, inclusive com o nome de Tebaldi gravado no material. A prática é expressamente vedada pela Constituição Federal.

Em sua defesa, Tebaldi disse desconhecer que seu nome constava no material. O secretário nega as acusações e diz que vai recorrer da decisão.

– Não vejo nenhuma irregularidade nisso. Foi a Felej que fez o cartaz. Não fui eu. Não sei porque querem me culpar. Mas vou reverter, com certeza – defendeu-se, citando a fundação de esportes da cidade.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 15/6/11
Assunto: Olimpíada de Matemática reúne mais de 18 milhões de estudantes		Página: online

Olimpíada de Matemática reúne mais de 18 milhões de estudantes

A edição deste ano da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) recebeu inscrições de 44,6 mil escolas da educação básica e de 18,7 milhões de estudantes das 27 unidades da Federação. As inscrições foram encerradas no dia 3 último.

Conforme o calendário da 7.^a edição da Obmep, a primeira fase de provas está prevista para 16 de agosto. Nessa etapa, os testes serão aplicados em cada escola. Na segunda fase, em 5 de novembro — definição dos medalhistas de ouro, prata e bronze e das menções honrosas —, as provas serão aplicadas por fiscais indicados pela coordenação da olimpíada em centros de ensino. A premiação está prevista para fevereiro de 2012.

As provas serão aplicadas em três níveis. O primeiro, a alunos matriculados no sexto ou sétimo ano do ensino fundamental; o segundo, a estudantes do oitavo ou nono ano do ensino fundamental; e terceiro, a alunos matriculados em qualquer série do ensino médio.

Medalhas — A entrega das medalhas de ouro da Obmep de 2010 está marcada para o dia 21 próximo, às 14h30, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Serão contemplados 504 estudantes de escolas públicas de ensino fundamental e médio. Estão convidados para o evento estudantes de cinco unidades da Federação que não conseguiram medalhas de ouro na competição do ano passado.

Segundo a coordenação da Obmep, os 900 medalhistas de prata e os 1,8 mil de bronze classificados em 2010 receberão a premiação em solenidades regionais — caberá menção honrosa aos 30 mil alunos que obtiveram pontuação nacional, mas não ganharam medalhas.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: imprensa@sed.sc.gov.br; Contato:32216161

A Obmep é promovida pelos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia e realizada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura Aplicada (Impa), com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM). O objetivo é estimular o estudo da matemática entre alunos e professores da educação básica.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 15/6/11
Assunto: Candidato à certificação pode conferir gabaritos do Encejea		Página: online

Candidato à certificação pode conferir gabaritos do Encejea

Estão liberados para consulta, pela internet, os gabaritos do Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (Encejea). As provas foram aplicadas em maio último a brasileiros residentes no Japão e a pessoas privadas de liberdade e sob medida socioeducativa. Os resultados do exame serão divulgados no segundo semestre.

Em busca da certificação do ensino fundamental, cerca de 15 mil candidatos fizeram as provas nas unidades prisionais e socioeducativas de 20 estados e do Distrito Federal. No Japão, mais de dois mil interessados participaram do exame para os ensinos fundamental e médio.

Os aprovados no Encejea estarão habilitados se atingirem pelo menos 100 pontos em cada área do conhecimento e cinco pontos na redação. A certificação dos aprovados cabe às secretarias de Educação estaduais e do Distrito Federal.

Os gabaritos podem ser conferidos na [página eletrônica](#) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 15/6/11
Assunto: Cursos noturnos lideram oferta de vagas para o SiSU		Página: online

Cursos noturnos lideram oferta de vagas para o SiSU

Os estudantes que desejam ingressar no ensino superior e precisam frequentar a universidade no período noturno devem ficar atentos às inscrições para o Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Entre as 26.336 vagas oferecidas na segunda edição de 2011, que selecionará candidatos às instituições públicas de ensino superior para o segundo semestre deste ano, 10.552 são destinadas a cursos noturnos.

Entre as demais vagas, 9.324 referem-se a cursos em período integral, 3.526 são para cursos matutinos e 2.934 para cursos vespertinos. A oferta total de vagas está distribuída em 19 universidades federais, 23 institutos federais, dois centros federais de educação tecnológica (Cefets) e quatro universidades estaduais.

Para se inscrever no SiSU, os candidatos devem ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2010. As inscrições estarão abertas de 15 a 19 de junho e serão realizadas em uma única etapa. Os candidatos poderão inscrever-se, em ordem de preferência, em até duas opções de cursos entre as instituições participantes. Durante o período de inscrições, o candidato poderá alterar suas opções de inscrição, com base na nota de corte divulgada ao fim de cada dia. Cada alteração invalida a opção feita anteriormente.

Acesse a nova [página eletrônica](#) do SiSU.